

**Projeto:** Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da produção acadêmica sobre acolhimento institucional para crianças e adolescentes (2000-2019)

**Coordenação:** Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

## Ficha

1) Referência – POKER, Thalita Catarina Decome. Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: uma história de vida de uma pós-abrigada. Revista Psicologia e Sociedade, São Paulo, v. 29, p.1-9, 2017.

2) Resumo e Palavras-Chave – Este artigo apresenta as sínteses de uma pesquisa, objetivando desvelar as possibilidades de superação do estigma do abandono de egressos do sistema de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, por meio do entendimento das políticas de identidade e identidades políticas. Foi utilizado o referencial teórico proposto pela teoria de identidade, com a finalidade de abarcar a complexidade da medida de proteção previsto pelo ECA. Como método foi eleita a entrevista de história de vida, realizada no estudo de caso de uma jovem de 22 anos, negra, cuja classe social de origem é a baixa, e que morou dos 10 aos 17 anos em uma instituição não governamental de acolhimento com quartos coletivos. Aproximando o relato da teoria, são elucidadas algumas reflexões acerca do potencial da criança ou adolescente se representar como sujeito de direitos pelo viés da autonomia promovida pelas pessoas da comunidade. Partimos da hipótese de que há uma ausência de condições objetivas para promover a autonomia da criança/adolescente acolhida, ideologicamente justificada pelo entendimento do estigma do abandono e desprovida de estruturação da vida adulta. Tal condição implica uma constituição identitária vista de modo naturalista, ou seja, pelo entendimento da vida como uma provisoriedade e da autonomia como algo inerente apenas ao marcador da idade com a chegada da maioridade.

Palavras-Chave: acolhimento institucional; Psicologia Social; identidade.

3) Objetivo do estudo – Objetiva desvelar as possibilidades de superação do estigma do abandono de egressos do sistema de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, por meio do entendimento das políticas de identidade e identidades políticas.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – Como instrumento de coleta de dados a entrevista de história de vida. O uso deste instrumento se justifica pelos estudos de identidade por eleger as dimensões individual-particular-universal, considerando as questões temporais regressivo progressivas no modo como a pessoa que narra ordena os acontecimentos a partir do presente. Foram elaboradas com estes princípios duas questões disparadoras e norteadoras para que a entrevistada pudesse narrar a sua história. Sendo a primeira pergunta: “Quem é você?” e “Qual o seu projeto de vida”? Os demais encontros buscaram entender, aprofundar e elucidar alguns elementos que a narradora julgasse pertinentes. A seleção da narradora se deu a partir da indicação de funcionários realizando um estudo exploratório com cinco indivíduos. Desses, destacamos a jovem entrevistada por eleger na sua narrativa a experiência do acolhimento institucional, e a questão do risco e vulnerabilidade de crianças como campo de luta. Foram 10 encontros e 20 horas de gravações para obter a narrativa aqui apresentada. Todas as entrevistas foram transcritas e previamente entregues à narradora, que teve liberdade de acrescentar ou excluir relatos.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Para a análise do problema utilizamos a metodologia qualitativa, Utilizamos a categoria de análise proposta pelos estudos em identidade de Ciampa (2011): o sintagma identidade-metamorfose-emancipação, e a categoria de análise de políticas de identidade/identidade política. No que tange o momento de saída da criança acolhida, bem como o entendimento dos adultos que passaram por este processo, há uma escassa e ainda incipiente literatura; nesse viés estão os estudos de Santos e Boucinha (2011), Martinez (2006) e Ribeiro (2008). Os estudos que trabalham com a possibilidade de superação das prescrições de marginalidade dos acolhidos apresentam escassez similar: Sousa e Paravidini (2011), Ribeiro (2008) e Marques e Czermak (2008).

8) Resultados / dados produzidos – Partindo do referencial teórico e da narrativa de M., desvelamos duas políticas de identidade oferecidas como carreira moral: a primeira vinculada à gratidão e docilidade; e a segunda é a culpabilização do sujeito pela prescrição de marginalidade. A partir das premissas de Habermas (2012), essas políticas de identidade têm um sentido colonizador, pois atuam para manter as relações de poder adulto x criança a favor da racionalização instrumental, no sentido de justificar o funcionamento da instituição. Através da narrativa a pesquisadora confirma a hipótese de que há evidências de despreparo e ausência de capacitação para lidar com a população de crianças acolhidas em suas necessidades não materiais. Tendo como base a premissa de que “o singular materializa o universal na unidade do particular” (Ciampa, 2011, p. 213), encontramos na história de vida de M., para a superação do estigma do abandono, a solidariedade e a valorização da criança como sujeito de direitos por meio de relações sociais diversas que se tornam elementos chaves para a garantia da autonomia e individuação. Considerando a teoria de identidade proposta por Ciampa (2011), fazer valer esta forma de representação da personagem social “criança”, proposta pelas políticas públicas, é promover um projeto de sociedade em que pese a percepção da construção de um sujeito autônomo capaz de se representar pelo protagonismo que esta concepção lhe garante.

Com relação a questões objetivas na constituição da identidade de egressos no sistema de acolhimento, podemos entender que algumas crianças crescem pela mesmice no sentido da má infinidade, ou seja, pela provisoriedade em que suas vidas são pensadas, pelo olhar do adulto que a desapropria da sua experiência. O reconhecimento social da criança e adolescente como “sujeito de direitos”, conforme prevê o ECA, não deve ser apenas um jogo de retóricas, mas uma emergência.

9) Recomendações – Diante das exposições feitas, há a necessidade da construção de uma práxis que entenda as políticas públicas pelo olhar da criança e que garantam a sua autonomia e o apoio necessário para a sua transição para a maioridade e saída da instituição.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.